



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP**  
**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO**

## **I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O objetivo principal desta contratação é a necessidade de manutenção dos certificados digitais existentes e necessários a validação dos atos na prestação jurisdicional.

A implantação do processo eletrônico no TJRJ segue as diretrizes determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e visa a maior celeridade da prestação jurisdicional, com mais transparência, acessibilidade, publicidade e economicidade ao erário, encampando novas tecnologias e procedimentos.

Essa virtualização vem suprimindo o meio físico e é atrelada a um nível maior de segurança, tanto de infraestrutura e sistemas informatizados, bem como da garantia da autenticidade dos arquivos eletrônicos que compõe o processo.

Atualmente, todos os magistrados e responsáveis por serventias onde o processo eletrônico foi implementado já utilizam o certificado digital, padrão ICP-Brasil, ora fornecido pela Soluti – Certificação Digital, empresa que prestava o serviço para emissão dos respectivos certificados. Visando atender ao projeto do GABWEB (Gabinete Web) e a possibilidade de assinatura diretamente através de dispositivos móveis, como smartphones e tablets, será demandado certificados exclusivamente para magistrados, com armazenamento específico em HSM (Hardware Security Module).

A crescente necessidade de consultas aos sistemas conveniados e o aumento no volume de serventários indicados para tal, bem como o crescente volume de acessos e validações junto a sistemas externos ao TJRJ, bem como a outros Tribunais, demandam aumento na quantidade de certificados oferecidos. Na busca por uma solução técnica atual, mais prática e sustentável, a Administração Superior indica o estudo e consequente viabilização para a implementação gradativa de “certificação digital em nuvem”, cujo armazenamento e manutenção dispensa o uso do dispositivo e-token. Está nova opção deverá manter as especificações técnicas compatíveis com as certificações já existentes, permitindo o uso específico nas demandas diárias dos servidores e magistrados do TJRJ.

Além dos certificados de pessoa física para serventários e magistrados, também é necessária a emissão de certificados de pessoa jurídica para garantir a autenticidade de documentos disponibilizados no sítio de internet do Tribunal.

Cabe esclarecer ainda que pelas normas do ICP-Brasil os certificados devem possuir obrigatoriamente prazo de validade e precisam ser renovados periodicamente. Concomitantemente, o processo de virtualização das serventias deste Tribunal encontra-se em plena expansão o que demanda a emissão de novos certificados.

Trata-se, portanto, de um serviço contínuo, do qual o TJRJ não pode mais prescindir, tendo em vista que a existência de assinaturas digitais através dos respectivos certificados é indispensável para garantir o conteúdo e a origem dos documentos.

E estas necessidades serão atendidas através da contratação dos seguintes componentes:

1. Certificado digital Tipo A3 – AC-JUS - 3 anos;
2. Certificado digital para equipamentos servidores do tipo SSL Site Seguro – 1 ano;
3. Certificado digital para equipamentos servidores do tipo SSL Múltiplos Domínios – 1 ano;
4. Certificado digital para pessoa jurídica do tipo A1;



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO**

5. Prestação de serviço especializado de AR (Autoridade de Registro) para emissão e validação de certificados digitais em local próprio da Contratada;
6. Fornecimento de dispositivo de mídia criptográfica tipo token para armazenamento do certificado digital tipo A3;
7. Certificado digital para equipamentos servidores do tipo SSL Site Seguro, padrão internacional OV (Organization Validation) – 1 ano;
8. Certificado digital para equipamentos servidores do tipo SSL Múltiplos Domínios, no padrão internacional OV (Organization Validation) - 1 ano;
9. Certificado digital Tipo A3 – AC-JUS, 3 anos, com armazenamento em nuvem da própria prestadora;

## **II – PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PAC)**

A contratação está prevista no item 9 do documento PAC 2024 (SGTEC), anexado aos autos do processo SEI 2023.06042049, sob o index 6732639.

A contratação está prevista no do PAC-2024 através do DFD-14/2023.

## **III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### De conformidade

1. Deverão estar aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil.
2. Deverão estar homologados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI.
3. Deverão seguir as regras estabelecidas para o nível 3 (ou superior) de segurança do padrão FIPS 140-2 e também ser aderente às demais normas do Comitê Gestor da ICP Brasil.
4. Será de responsabilidade da empresa qualquer atualização do dispositivo definida pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), Comitê-Gestor da ICP-Brasil ou outros órgãos/entidades que venham a ser criados ou a atuar em sua regulamentação.
5. Os dispositivos e seu fornecimento deverão respeitar no que couber, as normas e procedimentos de Segurança da Informação em vigor no ambiente operacional do PJERJ e, ainda, os seguintes dispositivos legais:
  - Lei Federal nº 14.133/2021.
  - Ato Normativo PJERJ nº 9/2010.
  - Ato Normativo PJERJ nº 6/2014.
  - Ato Executivo PJERJ nº 5298/2013.
  - Resolução CNJ nº 182/2013.
  - Portaria nº 317 do INMETRO, de 19/06/2012.
  - Lei nº 8.078 de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
6. Deverá ser mantida a confidencialidade das informações referentes ao processo de contratação, bem como aquelas obtidas em razão da execução do Contrato ou prestação da garantia.
7. Deverá ser provida a identificação prévia de prestadores de serviço que tenham



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP**  
**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO**

necessidade de entrar nas dependências do PJERJ em razão da execução do Contrato ou prestação da garantia.

Da sustentabilidade

A Contratada deverá cumprir, no que couber, as orientações da Instrução Normativa nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental.

**IV- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

Para essa quantidade foi considerado o número de magistrados, servidores e equipamentos com necessidade de utilização de certificados digitais, já consideradas as perdas e novas demandas.

Dos 12.000 (doze mil) certificados digitais para pessoa física tipo A3, estão previstos 37% (trinta e sete por cento) para a Capital e 63% (sessenta e três por cento) para o interior do estado.

Dos 12.000 (doze mil) certificados digitais para pessoa física tipo A3, armazenados em nuvem, estão previstos 37% (trinta e sete por cento) para a Capital e 63% (sessenta e três por cento) para o interior do estado.

Os Itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, conforme tabela abaixo, atendem a necessidade da área de infraestrutura e refletem a manutenção do parque de certificados existentes.

Serviço	Estimativa	Forma de Estimativa
1- Certificados digitais para pessoa física padrão ICP-Brasil do tipo A3 a ser prestado por uma AC-JUS, com validade de 03 (três) anos, para armazenamento em mídias criptográficas tipo tokens, ou em HSM (Hardware Security Module);	12.000 (doze mil)	Quantidade de Magistrados e servidores com direito a certificados, bem como a quantidade de magistrados que utilizarão o certificado armazenado em HSM para acesso ao GAB WEB – Gabinete Web, já inclusos 15 % dedicados a possíveis perdas e/ou novas necessidades.
2- Certificados digitais para equipamentos servidores do tipo SSL Site Seguro, com validade mínima de 01 (um) ano;	16 (dezesseis)	Quantidade de equipamentos 4, mais 4 dedicados a novas demandas e/ou possíveis perdas. Sendo que os certificados têm validade de 12 meses. Para 24 meses são necessários 16 certificados.
3- Certificados digitais do tipo SSL Múltiplos Domínios, com validade mínima de 01 (um) ano;	16 (dezesseis)	Quantidade de equipamentos 4, mais 4 dedicados a novas demandas e/ou possíveis perdas. Sendo que os certificados têm validade de 12 meses. Para 24 meses são necessários 16 certificados.
4- Certificados digitais para pessoa jurídica do tipo A1, com validade mínima de 01 (um) ano;	40 (quarenta)	Quantidade de 10 para PJ, e mais 10 para reserva. Sendo que os certificados têm validade de 12 meses. Para 24 meses são necessários 40 certificados.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP**  
**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO**

Serviço	Estimativa	Forma de Estimativa
5- Serviços especializados de AR para emissão e validação de certificados digitais em local próprio da Contratada;	24.168 (vinte e quatro mil cento e trinta e oito)	Sob demanda, considerando a quantidade total de certificados digitais tipo A3, A1, SSL Site Seguro e SSL Múltiplos Domínios a serem emitidos, ao longo de 24 meses.
6 - Dispositivos de mídia criptográfica tipo token para armazenamento de certificado digital tipo A3.	10.600 (dez mil e seiscentos)	Sob demanda de acordo com a quantidade de certificados tipo A3 a serem emitidos, ao longo de 24 meses.
7 - Certificados digitais para equipamentos servidores do tipo SSL Site Seguro, com validade mínima de 01 (um) ano, no padrão internacional OV (Organization Validation);	48 (quarenta e oito)	Quantidade de equipamentos 12, mais 12 dedicados a novas demandas e/ou possíveis perdas. Sendo que os certificados têm validade de 12 meses. Para 24 meses são necessários 48 certificados.
8 - Certificados digitais do tipo SSL Múltiplos Domínios, com validade mínima de 01 (um) ano, no padrão internacional OV (Organization Validation);	48 (quarenta e oito)	Quantidade de equipamentos 12, mais 12 dedicados a novas demandas e/ou possíveis perdas. Sendo que os certificados têm validade de 12 meses. Para 24 meses são necessários 48 certificados.
9 - Certificados digitais para pessoa física, padrão ICP-Brasil do tipo A3, com validade de 03 (três) anos, a ser prestado por uma AC- JUS, com armazenamento em “nuvem” da prestadora, entregue preferencialmente através de processo de emissão ONLINE	12.000 (doze mil)	Quantidade de Magistrados e servidores com direito a certificados, bem como a quantidade de magistrados que utilizarão o certificado armazenado em HSM para acesso ao GAB WEB – Gabinete Web, já inclusos 15 % dedicados a possíveis perdas e/ou novas necessidades.

## V - LEVANTAMENTO DE MERCADO

### Tabela de pesquisa de mercado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

	TJPI - 161/2023	CertSign proposta	X.Digital Proposta	TRE-MT ARP 38- 2023	ARP TJRO - CPL- PRESI	TRE-RJ PREG 18- 2023 CERTISIGN	RapidSSL	Soluti (contrato atual)
Certificados digitais para pessoa física padrão ICP-Brasil do tipo A3 a ser prestado por uma AC-JUS, com validade de 03 (três) anos	52,00	229,00	360,00	110,00		29,00		30,78
Certificados digitais para equipamentos servidores do tipo SSL Site Seguro, com validade mínima de 01 (um) ano		399,00	890,00	200,00				74,38
Certificados digitais para equipamentos servidores do tipo SSL Múltiplos Domínios, com validade mínima de 01 (um) ano		3.999,00	1.050,00					159,77
Certificados digitais para pessoa jurídica do tipo A1, com validade mínima de 01 (um) ano	55,99	249,90	180,00	120,00	179,00	29,00		53,15
Serviços especializados de AR (Autoridade de Registro) para emissão e validade de certificados em local próprio da Contratação	10,00	0,01	150,00					4,53
Dispositivos de mídia Criptográfica tipo token para armazenamento de certificado digital tipo A3	42,81	224,00	120,00	50,00		55,00		38,35



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

	TJPI - 161/2023	CertSign proposta	X.Digital Proposta	TRE-MT ARP 38- 2023	ARP TJRO - CPL- PRESI	TRE-RJ PREG 18- 2023 CERTISIGN	RapidSSL	Soluti (contrato atual)
<b>Certificados digitais para equipamentos servidores do tipo SSL Site Seguro, no padrão internacional OV (Organization Validation) com validade mínima de 01 (um) ano</b>		599,00	360,00					460,15
<b>Certificados digitais para equipamentos servidores do tipo SSL Múltiplos Domínios, no padrão internacional OV (Organization Validation) com validade mínima de 01 (um) ano</b>		3.999,00	1.050,00				890,00	1.745,32
<b>Certificados digitais para pessoa física, padrão ICP-Brasil do tipo A3 a ser prestado por uma AC-JUS, com armazenamento em nuvem da prestadora, entregue preferencialmente através de processo de emissão ONLINE, com validade de 03 (três) anos</b>		294,90						

O item 9 não alcançou o total de três propostas (apenas 1), a priori, em virtude da especificidade do requerido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP**  
**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO**

O quadro acima refere-se à pesquisa de mercado, com base nos itens pretendido para esta contratação.

#### **VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Relacionamos em tabela infra os valores pesquisados, sugerindo como estimativa da contratação o valor obtido nas pesquisas. O detalhamento dos valores obtidos em pesquisa está expresso em sua íntegra na “tabela de pesquisa de mercado”, constante no item V deste ETP.

Procedida a Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021), conforme abaixo:

- Extraída a média aritmética para cada um dos itens;
- Determinado o desvio padrão para cada um dos itens;
- Determinado o coeficiente de variação que é uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa. Em verificado coeficiente superior a 25%, determina-se a média saneada. Obs.: identificado que todos os valores superaram os 25%;
- Média saneada: 1) Determina-se os limites superior e inferior (média ± desvio padrão). Com isso, excluem-se os valores que ficarem fora deste intervalo. 2) Após, calcular a média saneada com os valores contidos dentro do intervalo para cada item;
- Determinado o menor valor entre a média saneada e a mediana envolvendo todos os valores como parâmetro para a contratação para cada um dos itens.

Com isso:

#### **Tabela Estimativa de valores**

<b>ITEM</b>	<b>Valor unitário estimado</b>	<b>Quantidade Estimativa</b>	<b>Total Estimado</b>
Certificados digitais para pessoa física padrão ICP-Brasil do tipo A3 a ser prestado por uma AC-JUS, com validade de 03 (três) anos	81,00	12000	972.000,00
Certificados digitais para equipamentos servidores do tipo SSL Site Seguro, com validade mínima de 01 (um) ano	299,50	16	4.792,00
Certificados digitais para equipamentos servidores do tipo SSL Múltiplos Domínios, com validade mínima de 01 (um) ano	1.050,00	16	16.800,00
Certificados digitais para pessoa jurídica do tipo A1, com validade mínima de 01 (um) ano	120,00	40	4.800,00
Serviços especializados de AR (Autoridade de Registro) para emissão e validade de certificados em local próprio da Contratação	5,01	24168	120.960,84
Dispositivos de mídia Criptográfica tipo token para armazenamento de certificado digital tipo A3	52,50	10600	556.500,00
Certificados digitais para equipamentos servidores do	360,00	48	17.280,00



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP**  
**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO**

ITEM	Valor unitário estimado	Quantidade Estimativa	Total Estimado
tipo SSL Site Seguro, no padrão internacional OV (Organization Validation) com validade mínima de 01 (um) ano			
Certificados digitais para equipamentos servidores do tipo SSL Múltiplos Domínios, no padrão internacional OV (Organization Validation) com validade mínima de 01 (um) ano	970,00	48	46.560,00
Certificados digitais para pessoa física, padrão ICP-Brasil do tipo A3 a ser prestado por uma AC-JUS, com armazenamento em nuvem da prestadora, entregue preferencialmente através de processo de emissão ONLINE, com validade de 03 (três) anos	294,90	12000	3.538.800,00
<b>TOTAL</b>			<b>5.278.492,84</b>

O valor estimado da contratação é de R\$ 5.278.492,84 (cinco milhões, duzentos e setenta e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos).

## VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O objetivo da contratação é dar continuidade ao serviço de certificação digital que atualmente é fornecido através do Contrato 003/065/2022, que será finalizado em 09/05/2024, não sendo mais possível sua prorrogação. É importante ressaltar que a prestação do serviço de emissão de certificados digitais é imprescindível para este TJERJ.

A demanda prevista para esta contratação teve como base as seguintes quantidades:

- 12.000 (doze mil) certificados digitais para pessoa física tipo A3, padrão ICP-Brasil, com validade de 3 anos, considerando a quantidade de magistrados e servidores com direito a utilização de certificados, bem como a quantidade de magistrados que utilizaram o certificado armazenado em HSM para acesso ao GAB WEB – Gabinete Web, já inclusos 15% dedicados a possíveis perdas e/ou novas necessidades, emitidos sob demanda, durante o prazo contratual de 2 (dois) anos;
- 16 (dezesesseis) certificados digitais tipo SSL Site Seguro com validade mínima de 1 ano, sendo a quantidade de 4 (quatro) para atender a equipamentos servidores, com mais 4 (quatro) dedicados a possíveis perdas e/ou novas demandas, emitidos sob demanda, sendo previstos 8 (oito) certificados digitais tipo SSL Site Seguro por ano, totalizando 16 (dezesesseis) certificados 2 (dois) anos;
- 16 (dezesesseis) certificados digitais tipo SSL Múltiplos Domínios com validade mínima de 1 ano, sendo a quantidade de 4 (quatro) para atender equipamentos servidores, com mais 4 (quatro) dedicados a possíveis perdas e/ou novas demandas, emitidos sob demanda, sendo previstos 8 (oito) certificados digitais tipo SSL Site Seguro por ano, totalizando 16 (dezesesseis) certificados para 2 (dois) anos;
- 40 (quarenta) certificado digital tipo A1 para pessoa jurídica, com validade mínima de 1 ano, sendo 10 (dez) para atender as demandas, e mais 10 (dez) dedicado a possível perdas e/ou novas demandas, emitidos sob demanda, sendo previstos 20 (vinte) certificados por ano, totalizando 40 (quarenta) certificados para 2 (dois) anos;



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP**  
**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO**

- 24.168 (vinte quatro mil, cento e sessenta e oito) serviços especializados de AR para emissão e validação de certificados digitais em local próprio da Contratada, ou através de atendimento remoto (ONLINE) sendo 1 (um) serviço para cada certificado emitido, sob demanda, durante o prazo contratual de 2 (dois) anos;
- 10.600 (dez mil e seiscentos) dispositivos de mídia criptográfica tipo token para armazenamento de certificado tipo A3, entregues sob demanda, durante o prazo contratual de 2 (dois) anos;
- 48 (quarenta e oito) certificados digitais tipo SSL Site Seguro no padrão internacional OV (Organization Validation), com validade mínima de 1 ano, sendo a quantidade de 12 (doze) para atender a equipamentos servidores, com mais 12 (doze) dedicados a possíveis perdas e/ou novas demandas, emitidos sob demanda, sendo previstos 24 (vinte e quatro) certificados digitais tipo SSL Site Seguro por ano, totalizando 48 (quarenta e oito) certificados para 2 (dois) anos;
- 48 (quarenta e oito) certificados digitais tipo SSL Múltiplos Domínios no padrão internacional OV (Organization Validation), com validade mínima de 1 ano, sendo a quantidade de 12 (doze) para atender equipamentos servidores, com mais 12 (doze) dedicados a possíveis perdas e/ou novas demandas, emitidos sob demanda, sendo previstos 24 (vinte e quatro) certificados digitais tipo SSL Site Seguro por ano, totalizando 48 (quarenta e oito) certificados para 2 (dois) anos;
- 12.000 (doze mil) Certificados digitais para pessoa física, padrão ICP-Brasil do tipo A3, com validade de 3 anos, a ser prestado por uma AC-JUS, com armazenamento em “nuvem” da prestadora, entregue preferencialmente através de processo de emissão ONLINE, emitidos sob demanda, durante o prazo contratual de 2 (dois) anos.

A validação de certificados digitais com fornecimento de mídia criptográfica englobando o fornecimento de todos os itens descritos na planilha abaixo:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário Máximo
1	Certificados digitais para pessoa física padrão ICP-Brasil do tipo A3 a ser prestado por uma AC-JUS, com validade de 03 (três) anos, armazenados em dispositivos de mídias criptográficas tipo token ou em HSM (Hardware Security Module)	Unidade	12.000	Conforme definido na Requisição de Serviço
2	Certificados digitais para equipamentos servidores do tipo SSL Site Seguro, com validade mínima de 01 (um) ano	Unidade	16	Conforme definido na Requisição de Serviço
3	Certificados digitais para equipamentos servidores do tipo SSL Múltiplos Domínios, com validade mínima de 01 (um) ano	Unidade	16	Conforme definido na Requisição de Serviço
4	Certificados digitais para pessoa jurídica do tipo A1, com validade mínima de 01 (um) ano	Unidade	40	Conforme definido na Requisição



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP**  
**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO**

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário Máximo de Serviço
5	Serviços especializados de AR (Autoridade de Registro) para emissão e validação de certificados digitais em local próprio da Contratada, ou através de atendimento remoto (ONLINE)	Unidade	24.168	Conforme definido na Requisição de Serviço
6	Dispositivos de Mídia Criptográfica tipo token para armazenamento de certificado digital tipo A3	Unidade	10.600	Conforme definido na Requisição de Serviço
7	Certificados digitais para equipamentos servidores do tipo SSL Site Seguro, com validade mínima de 01 (um) ano, padrão internacional OV (Organization Validation)	Unidade	48	Conforme definido na Requisição de Serviço
8	Certificados digitais para equipamentos servidores do tipo SSL Múltiplos Domínios, com validade mínima de 01 (um) ano, padrão internacional OV (Organization Validation);	Unidade	48	Conforme definido na Requisição de Serviço
9	Certificados digitais para pessoa física, padrão ICP-Brasil do tipo A3, com validade de 03 (três) anos, a ser prestado por uma AC-JUS, com armazenamento em “nuvem” da prestadora, entregue preferencialmente através de processo de emissão ONLINE.	Unidade	12.000	Conforme definido na Requisição de Serviço

#### **VIII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

O objeto desta contratação deverá ser fornecido por um único licitante, haja vista que o parcelamento da solução inviabilizará a entrega final dos objetos, assim como o acionamento da garantia. Como exemplo podemos citar como o produto final “certificado digital” entregue a um servidor ou magistrado, composto por um certificado digital A3, registrado por um Agente de Registro em dispositivo e-token. Neste caso, o produto final é a composição de três dos itens de nosso objeto de contratação, e o parcelamento desta solução, nos colocaria afrente do produto entregue por três fornecedores distintos, o que pode aumentar o tempo na entrega do produto final, digo “certificado digital” ativo, propriamente dito, assim como dividiria a execução da garantia e das responsabilidades em garantia.

#### **IX – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

A resultado pretendido com esta contratação é suprir a necessidade de fornecimento de certificados digitais, utilizados nas autenticações de segurança e acessos a sistemas institucionais neste TJERJ. O resultado pretendido é promover a continuidade do serviço de certificação digital que atualmente é fornecido através do Contrato 003/065/2022, que será finalizado 09/05/2024. É importante ressaltar que a prestação do serviço de emissão de certificados digitais é imprescindível para este TJERJ.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

**X - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Não há.

**XI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há.

**XII - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Não há impactos diretos.

**XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO**

Em observância ao disposto no § 2º do art. 18 da Lei 14.133/2021, conclui-se:

- SER adequada a contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.**  
 **NÃO SER adequada a contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.**

**Unidade Organizacional Requisitante:**

SGTEC

**Gestor do futuro contrato: (nome e matrícula)**

Bárbara Ramos Farias (Matrícula 400000182)

**Integrantes da Unidade Requisitante (se houver)**

André Rebello Magalhães (Matrícula 16.815)

Marcos Nunes de Abreu (Matrícula 28.034)

**Integrantes da Unidade Técnica (se houver)**

André Rebello Magalhães (Matrícula 16.815)

Davidson Melone Ribeiro (Matrícula 24.101)

**Integrante Administrativo**

Arthur Ferreira de Souza Borges (Matrícula 28039)

Guilherme Knibel Ferreira (Matrícula 11571682)

Marcio Bispo de Oliveira (Matrícula 500000228)

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.